

A Mangabeira As Catadoras O Extrativismo

Dalva Maria da Mota
Josué Francisco da Silva Junior
Heribert Schmitz
Raquel Fernandes de A. Rodrigues
Editores Técnicos

Embrapa

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

A Mangabeira As Catadoras O Extrativismo

Dalva Maria da Mota
Josué Francisco da Silva Junior
Heribert Schmitz
Raquel Fernandes de A. Rodrigues
Editores Técnicos

*Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2011*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental

Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n.
Caixa Postal 48.
CEP 66095-100 - Belém, PA.
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845
www.cpatu.embrapa.br
sac@cpatu.embrapa.br

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Av. Beira Mar, 3250. Jardins.
Caixa Postal 44.
CEP 49025-040 - Aracaju, SE.
Fone: (79) 4009-1300
Fax: (79) 4009-1369
www.cpatc.embrapa.br
sac@cpatc.embrapa.br

Comitê Local de Editoração

Presidente: *Moacyr Bernardino Dias-Filho*
Secretário-executivo: *Walkymário de Paulo Lemos*
Membros: *Ana Carolina Martins de Queiroz, Célia Regina Tremacoldi, Luciane Chedid Melo Borges.*

Comitê Local de Publicação

Presidente: *Ronaldo Souza Resende*
Secretária-executiva: *Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues*
Membros: *Ana Veruska Cruz da Silva Muniz, Edson Patto Pacheco, Élio César Guzzo, Evandro Neves Muniz, Luciana Marques de Carvalho, Josué Francisco da Silva Junior, Paulo César Falanghe Carneiro, Semiramis Rabelo Ramalho Ramos, Viviane Talamini.*

Supervisão editorial: *Luciane Chedid Melo Borges*

Revisão de texto: *Adilson Oliveira Almeida, Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana*

Normalização bibliográfica: *Josete Cunha Melo, Regina Alves Rodrigues*

Projeto gráfico e Produção editorial: *Laís Zumero*

Capa: *Laís Zumero*

Editoração eletrônica: *Ezequiel Noronha Jr.*

1ª edição

1ª impressão (2011): 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Oriental**

A mangabeira as catadoras o extrativismo / editores técnicos, Dalva Maria da Mota ... [et al.]

. - Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

297 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 978-85-87690-95-1

Editores-técnicos: Dalva Maria da Mota, Josué Francisco da Silva Junior, Heribert Schmitz, Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues.

1. Agricultura familiar. 2. Mulher rural. 3. Mangaba. 4. Extrativismo. 5. Sociologia I. Mota, Dalva Maria da, ed.

CDD 305.563 (21. ed.)

CAPÍTULO IV

FAMÍLIA, TRABALHO E SOCIABILIDADE NO EXTRATIVISMO DA MANGABA

FAMÍLIA, TRABALHO E SOCIABILIDADE NO EXTRATIVISMO DA MANGABA

Dalva Maria da Mota

Heribert Schmitz

Josué Francisco da Silva Júnior

Jane Velma dos Santos Brito

No extrativismo da mangaba em Sergipe, como em outras atividades de segmentos de produtores familiares¹ no espaço rural, o trabalho está organizado mediante laços de parentesco amparados nas noções de gênero, de idade e de geração. Ali, o trabalho tem significados para além do domínio de práticas e saberes e da obtenção do necessário para a reprodução da força de trabalho familiar. Atributos de socialização lhe são conferidos pela possibilidade do aprendizado de um ofício, mas também de códigos morais e de hierarquias (NEVES, 1999), além dos cuidados com os recursos de diferentes naturezas². Tendo em conta esse quadro, o extrativismo da mangaba é associado às mulheres em idade adulta e que se autodenominam catadoras de mangaba (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003). Diferentemente, em outros estados do Brasil (Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia), o extrativismo é praticado tanto por mulheres como por homens, muito embora depoimentos evidenciem que elas conhecem mais sobre o extrativismo e têm mais experiência, enquanto os homens se dedicam à atividade apenas quando estão sem trabalho.

Em Sergipe, o extrativismo se estrutura a partir de um sistema de posições, no qual compete à catadora tornar possível o processo de trabalho com a

¹ Grupos domésticos que praticam atividades extrativistas (pesca, coleta, caça) e agricultura, dentre outras atividades, e cuja gestão das atividades se dá pela própria família.

² Não obstante, não desconhecemos que alguns estudos começam a apontar transformações nesses papéis nos espaços rurais, como analisamos neste mesmo capítulo.

“ajuda” de outros membros da família³, assim como tomar decisões relativas às atividades de pós-coleta e de comercialização em diálogo com outras estratégias familiares que implicam a disposição dos seus membros num ou noutro lugar. A noção de “ajuda” significa mais fortemente hierarquia entre quem organiza e quem se deixa organizar, do que propriamente a falta de domínio das diferentes etapas de um processo pelos demais membros da família (com exceção das crianças que estão sendo socializadas). Apesar disto, existe o reconhecimento de que os membros da família têm maior ou menor habilidade para determinadas tarefas, muitas vezes explicada como dom natural.

Nesses processos, o imbricamento entre o grupo de parentesco e do trabalho se dá a partir de relações intensas e pessoalizadas que põem em prática funcionamentos e movimentos particulares em sintonia com o ciclo de desenvolvimento do grupo, do uso e da apropriação dos recursos. Para isso, orientam-se em regras que buscam equilibrar as necessidades de consumo, os desejos da família e/ou dos seus membros, as exigências do mercado e os compromissos assumidos, dentre outros fatores, com repercussão na socialização profissional. Tudo isso num ambiente de pluriatividade que influencia em rendas imprevisíveis e sazonais em face das especificidades do extrativismo.

Mesmo realizado a partir do trabalho familiar, coexistem no extrativismo diversas culturas de relações familiares e são consideradas possibilidades de socialização nas diferentes atividades postas em prática simultaneamente. Trabalhando em grupo (familiar ou não) as pessoas podem aprender e ensinar umas às outras as formas de lidar com as plantas e frutos, mas também de se relacionar com os demais, segundo normas vigentes localmente.

Os arranjos postos em prática pelas famílias para garantir o seu provisionamento⁴ dependem do seu ciclo de reprodução (consequentemente, do acordo ou não dos seus membros em realizarem dadas tarefas), da sazonalidade peculiar à atividade extrativista, do acesso aos recursos e da reprodução social e cultural do grupo, como observado em diferentes estudos de caso realizados no Estado de Sergipe, nos quais as catadoras e

³ Conceitualmente, família é um termo polissêmico que designa tanto os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança, como a instituição que rege esses laços (SEGALEN, 1996).

⁴ Utilizado aqui no sentido de que a produção é organizada principalmente pelas e para as famílias (SAHLINS, 1983).

suas famílias têm acesso comum ou privado aos recursos (MOTA et al., 2007; SANTOS, 2007; PEREIRA, 2008). Em todos os casos, na divisão social do trabalho praticada, sobressaiu a predominância do trabalho das mulheres, mas em sintonia com o dos homens, de modo que as funções primordiais da família sejam mantidas, em processos que garantem a sobrevivência e a socialização, como discutiremos neste capítulo.

“A gente faz de um tudo, mas o principal mesmo é a mangaba!”

Os estudos sobre a divisão social do trabalho no extrativismo têm destacado grupos cuja visibilidade política se fez nas duas últimas décadas, a exemplo das quebradeiras de coco-babaçu (PORRO, 2002; LAGO, 2002; FIGUEIREDO, 2005) e das mulheres nos seringais e castanhais (SIMONIAN, 2001). Mesmo assim, há consenso de que persiste uma certa invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, agravada nos estudos que tratam da atividade extrativista na floresta. As explicações para esta invisibilidade são frequentemente atribuídas à inadequação daquela atividade às mulheres, à desvalorização do extrativismo, assim como das representações quanto à floresta como um espaço inóspito, pronto a surpresas e perigos (SIMONIAN, 2001).

Em lugares onde os recursos naturais permitem, as mulheres se envolvem em inúmeras atividades relacionadas ao extrativismo, como a pesca, a coleta de produtos do manguezal, o artesanato, paralelamente às tradicionais atividades de suporte à reprodução familiar (cuidados com as crianças e idosos e alimentação da família, por exemplo). Esse é o caso das mulheres extrativistas catadoras de mangaba que, em espaços específicos do Nordeste, desenvolvem estratégias de reprodução constituídas por arranjos influenciados por diferentes condicionantes culturais, dentre os quais: i) as relações que estabelecem para acesso às plantas a partir de laços de reciprocidade, amizade ou mercantil; ii) a sobreposição do calendário religioso ao do extrativismo; iii) os saberes e os modos de pertencimento a um dado território.

Em se tratando da organização do trabalho, as catadoras referem-se ao “tempo da mangaba” como a um tempo nas suas vidas, no qual parte do dia é dedicada às diferentes atividades que giram em torno da mangaba, o que implica a acomodação de afazeres afeitos à produção e à reprodução,

visivelmente imbricados. Por um lado, organizam instrumentos (baldes, ganchos, recipientes para transporte de água, roupas, etc.) e reorganizam as atividades domésticas em sintonia com aquelas que estão sendo desenvolvidas por outros membros da família naquele momento. Ademais, atuam nos contatos com diferentes intermediários, instalam barracas nas margens das rodovias para vender as frutas ou fazem acordos para acesso às plantas a partir de diferentes relações. Por outro, vivenciam um intercâmbio complexo com as plantas, nas palavras de uma catadora de Barra dos Coqueiros, SE: “Ah! Quando tem mangaba, eu fico com as minhas mangabinhas”; ou da Chapada Diamantina, BA: “Eu adoro as minhas mangabas, eu sonho com as minhas mangabas, lá eu sou feliz”. Nem por isso deixam de viver situações de tensão com ameaças de morte e destruição da coleta pelos proprietários que interdita o extrativismo nas suas terras; ou ainda pelo comportamento de algumas catadoras que maltratam as plantas, como atestam os depoimentos em Sergipe: “Porque tem agora aquelas que tiram as mangabas verdinhas” e “Como elas (as mangabas) estão no mato, os donos deixam tirar, mas tem pouca, porque não tem cuidado com as mangabeiras”.

Nesse paradoxal contexto, os usos do tempo são pensados e organizados de modo que os diferentes membros tenham ocupação, não fiquem ociosos e aportem algo à reprodução social do grupo, paralelamente à manutenção de algumas das funções primordiais da família (cuidados com crianças e idosos, por exemplo). Assim, existem interferências entre os tempos de trabalho para obtenção de renda, o trabalho doméstico e a organização da família.

As atividades desenvolvidas pelos diferentes membros da família, simultaneamente ou não, são classificadas em dois tipos: permanentes e ocasionais. As primeiras são aquelas atividades que se consideram fazer parte das responsabilidades das mulheres e dos homens, a priori, como cuidar da casa e das crianças, plantar roça, realizar o extrativismo animal e vegetal, fazer artesanato e vender diferentes produtos. As explicações para a atribuição da noção de permanência é a persistência, considerando que são as atividades já desenvolvidas pelos seus antepassados e que se apresentam como fundamentais nas suas estratégias de reprodução até os tempos atuais, mesmo que sejam associadas à sazonalidade. Como ocasionais, referem-se

à prestação de um serviço assalariado no turismo ou numa casa de família apenas por ocasião de um feriado ou férias, ou mesmo uma empreitada num estabelecimento agrícola. Há um reconhecimento de que a oferta de postos de trabalho foi diversificada nos últimos anos com o incremento do turismo, porém cada vez mais inconstantes. Entretanto, no âmbito das permanentes e das ocasionais existem atividades consideradas de homens e de mulheres, com variações, como discutiremos adiante.

A classificação feita indica que o cotidiano das catadoras é influenciado por um quadro de oportunidades⁵, também definido tanto pela oferta de recursos naturais localmente como pelas habilidades que têm para prestar serviços diferenciados e pelas redes sociais a que pertencem, nas quais as experiências passadas dos pais e as preferências pessoais têm importância. Influencia também naquela classificação o ciclo de reprodução do grupo doméstico, que é um diferencial importante, assim como a característica da família (nuclear ou extensa), uma vez que permite maior ou menor mobilidade daqueles que se inserem em outras ocupações.

Mesmo que esse seja o quadro geral de organização do trabalho familiar no universo das catadoras, existem semelhanças e diferenças no seu interior. Em relação às primeiras, identificamos que, nas suas relações com o extrativismo, elas enfrentam os mesmos tipos de problemas, acumulam um amplo conhecimento sobre os recursos naturais ocorrentes em seus territórios e partilham um modo de vida intimamente relacionado aos ciclos naturais com referências culturais importantes construídas nessa relação. Entretanto, diferenciam-se tanto pelas formas de acesso aos recursos como pela composição das diferentes atividades que desenvolvem, além dos projetos de futuro e do tamanho da família que é, em média, de cinco pessoas.

Comparando informações evidenciadas pelas catadoras, constatamos que elas se autotomam ocupacionalmente a partir de seis diferentes tipos de arranjos, quais sejam: i) catadora (23%); ii) catadora e agricultora (23%); iii) catadora e marisqueira (16%); iv) catadora e artesã (11%); v) catadora

⁵ Quadro de oportunidades aqui está sendo entendido como as oportunidades de acesso das catadoras e demais membros da família a instituições, serviços e/ou projetos que de alguma forma influenciam na sua reprodução social. Esse é um tema que tem sido tratado pela Prof^a. Delma Pessanha Neves, da Universidade Federal Fluminense.

e comerciante (3%); vi) catadora, professora, aposentada, caseira e outras atividades (24%) (Figura 1). Em todos os casos, as mulheres se reconhecem como responsáveis pelas tarefas domésticas e esse autorreconhecimento é tão “naturalizado” que elas tendem a omiti-lo nas suas falas. É como se fizesse parte das suas próprias existências, como exemplificado no caso daquelas que responderam que são apenas catadoras (23%).

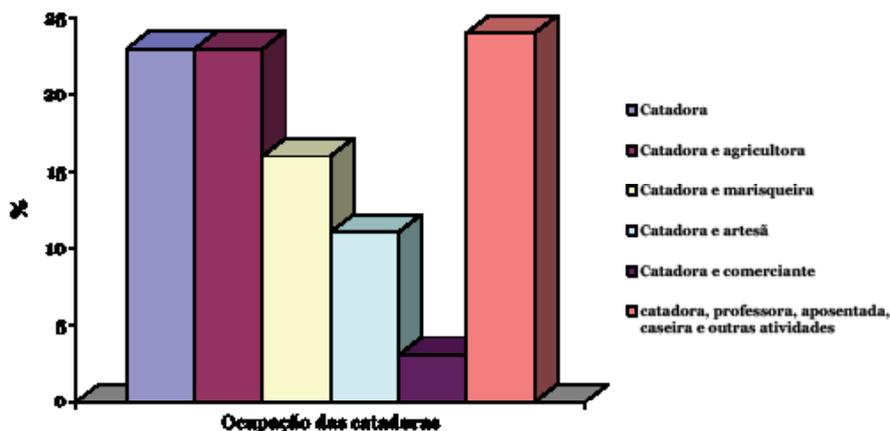


Figura 1. Tipologia da ocupação das catadoras de mangaba em Sergipe.

A tipologia mostra que, invariavelmente, o cuidado com a casa e com os filhos está sob a responsabilidade das mulheres, mesmo que ao longo do ano elas se desloquem por longas distâncias para “mariscar” ou catar mangaba.

Três tipos de catadoras têm situações mais diversificadas: o tipo 2, que pratica a agricultura (normalmente tem acesso a uma pequena parcela de terra através de herança, posse, assentamento de reforma agrária ou cessão de terceiros); o tipo 5, que é comerciante e faz a intermediação da venda para outras catadoras; e o tipo 6, que mescla inúmeras atividades que se complementam e, com isso, não recorrem com tanta frequência ao manguezal. Os demais tipos são completamente dependentes da oferta de recursos naturais e, por isso, mais vulneráveis aos imprevistos. Mesmo as catadoras cujas famílias têm pequenas áreas de terra, nas quais existem mangabeiras, dependem da coleta em áreas comuns.

Segundo observações e depoimentos das entrevistadas, a economia está

amparada sobre a atividade extrativista, notadamente a mangaba e o manguê, com a primeira aportando 65% da renda familiar. A unidade produtiva é o grupo doméstico residente num mesmo domicílio, sendo esse grupo também a unidade de consumo dos bens coletados (frutas, crustáceos e mariscos) e comprados (itens como açúcar, café, sal, etc.) com os recursos ganhos através da comercialização dos produtos do extrativismo ou artesanato, da venda da força de trabalho ou das políticas públicas (bolsa escola, aposentadoria). Nesse sentido, as famílias têm contado com outras rendas como aposentadorias (27%), bolsa família (22%) e defeso (2%), as quais dependem, em parte, do seu ciclo de reprodução e, conseqüentemente, das políticas públicas a que têm acesso. Nesse quadro de oportunidades, processos sociais se reconfiguram com a valorização, pelas políticas sociais, da intensificação da frequência à escola pelas crianças e jovens, assim como pela importância atribuída aos idosos que, com as suas aposentadorias, vivenciam um reposicionamento e uma maior valorização no âmbito familiar.

A renda monetária dependerá, contudo, não só da disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico e do acesso aos recursos (plantas e manguê), mas também da habilidade de capitalizar para si oportunidades (assalariar-se temporariamente, tomar conta de estabelecimentos, etc.), da capacidade de empreender negócios (intermediar a venda das mangabas, por exemplo) e ainda do acesso a benefícios governamentais, como aposentadorias e pensões. A falta deste “jogo de cintura” excluirá a catadora e os seus da possibilidade de aumento de renda, como é o caso da presidente do Movimento das Catadoras de Mangaba (2007/2008) que, a despeito de toda a sua desenvoltura oral e envolvimento político com a problemática do extrativismo, não tinha acesso ao bolsa família até 2007, mesmo tendo quatro crianças pequenas. Enquanto isso, todas as suas vizinhas tinham. A explicação dela para tal situação era a baixa capacidade de insistência para a confecção do cartão e o acompanhamento da inclusão do nome no cadastro.

Como declarado na expressão “a gente faz de um tudo [...]”, trata-se de grupos familiares que estruturam os modos de agir para atuar tanto no período de safra quanto no de entressafra dos diferentes produtos vegetais e animais que coletam (Tabela 1):

A partir de uma série de arranjos relacionados à terra, ao mar e ao bem-estar dos membros da família, as mulheres catadoras trabalham ao longo do ano em atividades diversas, aparentemente descontínuas e nem sempre com retorno monetário garantido, mas essenciais à reprodução da força de trabalho, como observado também entre as mulheres de famílias de pescadores no Pará (MANESCHY, 2001).

Trabalho de mulher, homem faz?

De modo geral, os entrevistados (catadoras e catadores) afirmam que a adequação de um tipo de trabalho para o homem ou para a mulher depende, basicamente, da força que cada um tem e só secundariamente do lugar em que é executado (espaço privado ou público) ou das habilidades. Assim, competiriam às mulheres as atividades consideradas “leves” e aos homens aquelas consideradas “pesadas”. Mesmo assim, reconhecem que na vida cotidiana há mulheres que trabalham nas mesmas atividades dos homens e vice-versa, mas são exceções.

Ao serem buscados os porquês para tais enquadramentos, mulheres e homens relativizam e reconhecem que, em muitas situações, todos fazem trabalhos “leves” e “pesados”, tanto no espaço público quanto privado, mas são os homens que predominam neste último espaço. Consensual, entretanto, é o reconhecimento de que as ocupações mais regulares e que aportam recursos mais sistematicamente devem ser dos homens, tendo em vista a noção compartilhada entre homens e mulheres de que a eles compete o provisãoamento da família, mesmo que, em muitos casos, as mulheres protagonizem papéis de provedoras.

A delimitação de papéis explicitada nos discursos não tem correspondência automática nas observações por nós efetuadas, considerando que os membros das famílias na “lida” diária definem essas diferenciações sociais (CANTARELLI, 2006). Mesmo assim, há consenso de que a denominada “conciliação” (HIRATA, 2003) entre tarefas domésticas e extracasa intensificam-se com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e permanecem sob a responsabilidade delas.

Em se tratando de grupos que, dependentes do extrativismo, manejam os recursos segundo saberes e práticas adaptadas com o passar do tempo frente às novas necessidades, persiste a associação entre produção e reprodução como esferas de homens e de mulheres, respectivamente, num cotidiano pautado pelo aprovisionamento. Essas noções, entretanto, são frutos de construções sociais erguidas sobre referências culturais diversas, a exemplo das situações em que as mulheres são as principais responsáveis pelas diferentes etapas da atividade agrícola (com exceção do corte das árvores), inclusive pelo transporte manual dos produtos colhidos e pela comercialização destes, como analisado em países da África (MOTA; BESSON, 1997).

Grosso modo, os entrevistados dividem a organização social do trabalho em atividades de mulheres, de homens e de crianças/jovens, conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Divisão sexual do trabalho familiar no extrativismo da mangaba em Sergipe.

| Atividades | Mulheres | Homens | Jovens | Crianças |
|--|-------------------|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Extrativismo em áreas de acesso comum | | | | |
| Catar mangaba e outras frutas nativas | Predominantemente | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Quebrar galho seco | | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Transportar as frutas até a casa | | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Pós-coleta da mangaba | | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Levar frutas ao mercado | | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Vender a mangaba na feira, ruas ou estradas | | Ocasionalmente (grandes quantidades) | Ocasionalmente | Nunca |
| Entregar a mangaba aos intermediários | | Raramente | Raramente | Nunca |

Continua...

Tabela 2. Continuação.

| Atividades | Mulheres | Homens | Jovens | Crianças |
|---|-------------------|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Extrativismo em áreas privadas de propriedade da família da catadora | | | | |
| Coroamento | Predominantemente | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Adubação | Predominantemente | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Poda | Predominantemente | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Catar mangaba | Predominantemente | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Transportar as frutas | Predominantemente | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Pós-coleta da mangaba | Predominantemente | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Levar frutas ao mercado | Sempre | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Vender as mangabas na feira, ruas ou estradas | Sempre | Ocasionalmente (grandes quantidades) | Ocasionalmente | Nunca |
| Entregar as mangabas aos intermediários | Sempre | Raramente | Raramente | Nunca |
| Extrativismo em área privada mediante compra | | | | |
| Catar mangaba | Predominantemente | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Transportar as frutas | | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Pós-coleta da mangaba | | Raramente | Frequentemente | Frequentemente |
| Levar frutas ao mercado | | Raramente | Ocasionalmente | Nunca |
| Vender as mangabas na feira, ruas ou estradas | | Ocasionalmente (grandes quantidades) | Ocasionalmente | Nunca |
| Entregar as mangabas aos intermediários | | Raramente | Raramente | Nunca |

Pela divisão apresentada, competem às mulheres todas as atividades afeitas ao extrativismo da mangaba, com participa o ocasional dos homens, segundo um ponto de vista, na maioria das vezes, compartilhado pelas mulheres, de que seriam atividades “leves” (SANTOS, 2007; PEREIRA, 2008). As explica es usuais para essa associa o às mulheres são a sazonalidade da safra, os baixos rendimentos econ micos, a compartilhada ideia de leveza do trabalho, a habilidade das mulheres e a inadequa o dos

movimentos de levantar e abaixar para os homens. Além do mais, permite cuidar, simultaneamente, dos afazeres domésticos e do extrativismo. Grande parte das mulheres corrobora essa divisão reconhecendo que “a pesca manda na pessoa; tem que ficar muito tempo fora de casa”, e “as mangabas estão lá, perto, esperando a pessoa chegar”. Muitas delas afirmam que não fica bem para um homem ficar esperando uma safra, quando precisa de dinheiro continuamente para atender às necessidades da família; ou seja, atividades que garantem rendimentos mais estáveis do que o extrativismo.

Nessa divisão social de trabalho, as crianças (meninos ou meninas até a adolescência), em geral, acompanham as suas mães quando não estão na escola (Figura 2). Está embutido nessa prática tanto a usual “ajuda”⁶, quanto o controle para que não fiquem “aprontando por aí”, e ainda a ideia de formação do caráter, como expressa uma catadora do Pontal, SE: “Quem não trabalha de novo, de velho só dá para roubar”. No geral, à proporção que crescem, no entanto, os meninos se afastam e passam a acompanhar mais o pai, e as meninas permanecem acompanhando a mãe.



Figura 2. Coleta da mangaba por uma família no povoado Pontal, SE.

⁶ A “ajuda” é de fundamental importância porque é a principal possibilidade de aumento da quantidade de mangabas a serem coletadas e comercializadas em tempo hábil (antes do seu amadurecimento) dadas as condições de sazonalidade da safra. A catadora poderá coletar sozinha, mas terá um volume de produtos limitado à sua própria capacidade de trabalho.

Recentemente, no entanto, constatamos muitos casos em que os jovens evitam participar do trabalho dos pais para ficar em casa assistindo televisão, andando pela vizinhança ou realizando pequenos serviços nas áreas de turismo mais intenso, como no Rio Grande do Norte e na Bahia. Observamos indicativos de que estão ocorrendo transformações importantes nos padrões de socialização, decorrentes tanto dos recentes investimentos das políticas públicas para afastar as crianças e os adolescentes do trabalho, como de um amplo debate sobre as formas condenáveis ou não de trabalho no espaço rural, conforme discutido por Neves (1999), além das diferentes mensagens via meios de comunicação quanto ao conteúdo da relação entre pais e filhos. Essas transformações dependem também do quanto os pais impõem um modelo de socialização mais ou menos vinculado ao trabalho.

Esse tema tem sido abordado recorrentemente pelos pais entrevistados que, preocupados com o futuro dos jovens, visualizam uma ruptura num padrão tradicional de socialização profissional, mas também de comprometimento de continuidade da formação para o trabalho num contexto em que eles não dispõem de bens materiais para vivenciar outro tipo de herança, a não ser os próprios saberes acumulados.

Para além do extrativismo, em se tratando dos discursos dos entrevistados, constatamos que existem três tipos de classificação dos diferentes trabalhos que são postos em prática: trabalhos exclusivamente de homens (tirar e descascar coco e pescar no alto mar); exclusivamente de mulheres (artesanato, afazeres domésticos e cuidados com os filhos); e afeito aos dois, a depender do contexto (demais atividades). Nos dois primeiros casos, as crianças acompanham pai ou mãe a depender do sexo. No entanto, existem permeabilidades entre os diferentes trabalhos em situações de migração, doenças, dentre outras; até mesmo com as mulheres fazendo toda sorte de trabalho.

Em outros contextos, os homens reverberam, indicando que apenas as mulheres têm habilidades e delicadeza para lidar com frutas sensíveis, espécie de atributo natural (SILVA; PORTELA, 2006), escamoteando capacidades adquiridas socialmente pela repetição dos movimentos concernentes à coordenação motora fina, como analisado em outras situações (MOTA, 2005). Entretanto, as categorias habituais de análise econômica e social, durante muito tempo e frequentemente, omitiram ou negaram as atividades femininas ou as associaram exclusivamente a um universo particular denominado trabalhos

das mulheres, marcados por um grande número de estereótipos (adequado, leve, apropriado, simples) que encobrem a noção de que as mulheres sempre trabalharam (GARDEY, 2003).

Por todos os motivos analisados, o trabalho das mulheres no extrativismo parece constituir, no imaginário dos entrevistados, uma atividade secundária ou marginal no conjunto dos afazeres daquela população. Interpretamos que está em jogo a noção de que aos homens caberia prover o sustento da família, e às mulheres complementá-lo, mesmo que, muitas vezes, elas apótem igual ou até mais do que eles (MELO, 2006).

Uma das possibilidades de análise para essa contradição (baixo valor social, mas alto valor econômico) reside na supervalorização das atividades realizadas pelos homens, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres, minimizando o peso econômico dos recursos advindos do extrativismo, via trabalho das mulheres.

De um modo ou de outro, nesse jogo de construção de diferenças, a noção de complementaridade entre trabalho de homens e de mulheres para viabilizar a reprodução social do grupo familiar supera a de oposição, como observado por Segalen (1980), no seu estudo sobre homens e mulheres no mundo rural na França, porque cada um ocupa, na maioria das vezes, uma posição que não é ocupada pelo outro. Ao contrário, se dá em tempos e em espaços diferentes.

No universo investigado, as diferentes práticas garantem o exercício de papéis de homens e mulheres, complementarmente, garantindo coesão social em torno da família nuclear e o aprovisionamento de diferentes modos, segundo arranjos que se reconfiguram conjunturalmente (CANESQUI, 1988). Talvez por isso a família seja tão reconhecida como espaço multivariado que, apesar de comportar conflitos no seu seio, fornece apoio emocional e material aos seus membros.

Sociabilidades: entre o espaço e o grupo

Partindo do princípio de que a sociabilidade no trabalho familiar realizado no extrativismo da mangaba repousa nos laços de parentesco, identificamos a coexistência de duas classificações que são ali postas em prática: os espaços (a casa de residência da família, as pequenas áreas de terra de propriedade dessa

família com acesso restrito aos seus membros, o campo onde são coletadas as frutas pelo acesso comum livre e as propriedades privadas por meio de uma relação de meia ou de venda da safra) e o grupo (por laços de parentesco, sexo ou por afinidade). Em qualquer um dos casos, acordos prévios são efetivados quanto aos que vão ou ficam nos lugares de residência influenciados pela frequência das crianças à escola, presença ou ausência dos companheiros, alimentos a serem preparados, existência de idosos com pouca mobilidade e bebês. Tudo isso influenciará no horário de retorno dos que vão.

Em se tratando do espaço, existem dois processos: um primeiro, que se dá no próprio estabelecimento entre os membros da família nuclear que vão e voltam às mangabeiras coletando as frutas. Como normalmente moram e coletam no mesmo espaço, as mulheres se arranjam mais facilmente. Em contraste, vivenciam uma sociabilidade mais restritiva porque esta é limitada à própria família. Um segundo, em relação às demais, que coletam fora do estabelecimento (em áreas de livre acesso ou mediante compra da safra), há na família os que vão coletar mangaba e os que ficam em casa ou em outras atividades que tanto podem ser feitas no próprio domicílio (artesanato e serviços domésticos) ou em outros espaços (atividades por conta própria, como pesca e agricultura ou assalariamento para terceiros). Muitas vezes, as catadoras deixam os filhos menores sob os cuidados dos filhos maiores ou de idosos que residem com a família, havendo uma clara preferência pelas pessoas do sexo feminino para essa atribuição “porque elas têm mais jeito, é melhor”, segundo uma catadora.

Dentre os que vão, todos preferem ir bem cedo ou de madrugada, aos primeiros raios do sol, para apanhar as mangabas “de caída” (aquelas que caem naturalmente), antes que os animais comam ou que estraguem, e para colherem as frutas “de vez” (aquelas em estágio intermediário entre verde e madura) antes que outras catadoras o façam. “Outras” aqui significa alheio ao grupo de deslocamento ou aos lugares de residência nos quais compartilham algum tipo de laço.

No deslocamento, há uma intimidade entre relações familiares, de vizinhança e de camaradagem (Figura 3) daqueles que combinam e partilham

uma caminhada para as áreas que têm plantas com frutos a serem coletados⁷. Uma avaliação preliminar indica o equilíbrio entre o número dos que vão e a disponibilidade dos frutos, ou seja, avaliam uma quantidade mínima que cada uma deverá trazer para que a ida valha a pena, evitando disputas que ameaçariam a coesão. Assim, grandes grupos se dirigindo para um mesmo campo é sinônimo de fartura. Entretanto, também se registram casos em que catadoras preferem ir sozinhas, porque gostam de se sentir livres e não têm medo, como constatamos na Chapada Diamantina, BA, onde uma catadora de 78 anos, contrariando toda a família, deslocava-se em grandes distâncias mediante o argumento “ali eu me sinto livre”.

Josué Francisco da Silva Júnior



Figura 3. Grupo de vizinhas se deslocando para coletar mangaba no povoado Pontal, SE.

⁷ Em poucos casos constatamos catadoras que se deslocam em transportes de passageiros (ônibus ou vans) ou barco para áreas mais distantes. Um modo ou outro de deslocamento implica modos diferentes de sociação pelo fato de as catadoras estarem a sós ou com pessoas outras que não pertencem ao grupo. Dentre as que se deslocam a pé e em grupos, a intimidade partilhada estimula uma interação efusiva na qual as longas distâncias a serem percorridas parecem encurtadas pelas piadas, relatos de eventos curiosos ou engraçados, conversa sobre os filhos ou maridos e partilha de segredos. Às vezes, alguém canta. A seleção das companheiras, quer seja familiares, quer seja por amizade, leva em conta a afinidade e o prazer de fazer algo juntas pontuado pela importância da conversa.

Arranjos variáveis se instituem segundo a distância e o isolamento da área, os quais influenciam na participação, ou não, de crianças, tanto pela idade quanto pela distância da escola. Este último tem sido mais criteriosamente avaliado em decorrência do medo que as mães têm de perder a bolsa família, que é condicionada à frequência das crianças à escola.

Na maioria dos casos, o deslocamento é coletivo e o grupo é constituído, predominantemente, por mulheres e crianças (meninos e meninas), e significa uma ocasião propícia para conversas amenas, trocas de informações e narrativa de casos. É um evento eminentemente coletivo em que o prazer de estar juntas é muito valorizado.

O grupo de deslocamento é subdividido em grupos familiares quando as pessoas chegam à área e o trabalho de coleta se inicia. Cada família se organiza de modo a coletar na mesma planta, garantindo que cada um se aproprie do fruto do seu trabalho, evitando assim apropriações indevidas na hora de recolher os frutos a serem levados para casa. Isso porque os frutos são inicialmente derrubados e, posteriormente, apanhados. Duas famílias trabalhando na mesma árvore criaria a dúvida quanto aos frutos que lhes pertencem.

Uma vez na coleta, cada grupo familiar vai tentar cumprir a sua tarefa o mais rápido que puder e com acesso ao maior número de frutos. Nenhum acordo é negociado, e cada família é livre para percorrer plantas que estejam disponíveis. Além desse fracionamento, esse é o momento privilegiado da socialização para o trabalho, pois é quando as mães ensinam, na prática, aos filhos menores.

Procedimentos como observar para diferenciar frutos verdes de maduros, retirar frutos corretamente, reconhecê-los pela cor e textura, não quebrar galhos e nem arrancar folhas indevidamente fazem parte do roteiro de ensinamentos entre uma planta e outra. Muitas crianças, quando vão ao campo, sobem nas árvores, pois são menos pesadas que os adultos, e derrubam as mangabas “de vez” para que as mães catem. Outras vezes, são as mães que sobem nas árvores e as crianças apanham. As atividades são entrecortadas por frases rápidas dirigidas às crianças: “com areia não”, “essa não”, “pegue aquela ali”, “já pode descer”, “deixe de preguiça”, “faça o serviço”, etc. Como em outras atividades familiares no espaço rural, as crianças se alternam entre as brincadeiras e a iniciação para o trabalho, ainda não sendo delimitado o que concerne a meninos ou meninas até a pré-adolescência.

Em Sergipe, como visto, a divisão social do trabalho evidencia-se segundo a família e no interior desta, a partir da experiência compartilhada entre adultos

e crianças. Apesar desses modos simultâneos de trabalho e socialização, não são raras as ocasiões em que as mulheres adultas se deslocam sem seus filhos e realizam o trabalho individualmente. Isso ocorre num dado território que está sendo partilhado por outras catadoras, seja porque apreciam estar juntas, seja porque têm medo de imprevistos.

Minoritariamente, constatamos o trabalho de homens na coleta, principalmente onde as áreas são distantes (Rio Grande do Norte e Bahia) e representariam uma ameaça à segurança das mulheres. Nessas situações, diferentemente do que se dá em Sergipe, não há discriminação dos homens que utilizam bicicletas (Figura 4), carrinhos de mão e burros para transportar os frutos. Naqueles estados, provavelmente, as distâncias e o imaginado perigo às mulheres influenciam para que o extrativismo seja considerado como adequado aos homens. Ali, segundo os entrevistados, eles fazem as mesmas atividades que as mulheres, mas normalmente não se fazem acompanhar por crianças por não constituir parte do seu papel socializá-las profissionalmente nessa tarefa. Analisamos que o fato de irem sozinhos influencia para que utilizem aqueles meios de transporte dos frutos.

Dalva Maria da Mota



Figura 4. Transporte de mangaba em bicicleta, em Nísia Floresta, RN.

Nos casos analisados, constatamos comportamentos particulares das catadoras quando comparados aos homens, suficientemente característicos, a ponto de se poder falar de uma “cultura feminina” (SEGALEN, 1996) no extrativismo da mangaba. Essa cultura se observa nos tipos de temas tratados por elas naqueles espaços, seja relativo aos filhos, aos companheiros ou ainda às questões pessoais e domésticas. Não é à toa que autores observam que a identidade das mulheres no universo do trabalho não se constitui especificamente por aquela atividade. O processo inverso também se dá, e acontecimentos passados no decorrer do extrativismo também são pauta das conversas entabuladas na residência com os demais membros da família e com vizinhos.

Observando os diferentes tipos de inserção no extrativismo, concordamos com Segalen: “Existe pois uma hereditariedade dos modelos de trabalho, tal como existe uma hereditariedade dos modelos de fecundidade” (SEGALEN, 1996).

Quanto mais próximas as áreas extrativistas dos espaços de residência, maior a frequência de mães acompanhadas pelos seus filhos, influenciando na maior intensidade do repasse do saber-fazer pela oralidade e demonstração. Relações de amizade entre pessoas, sem crianças, podem estar associadas a campos próximos, como também a campos distantes, em que as famílias com crianças não vão.

O processo de coleta dos frutos se revelou, em todos os casos, como um espaço privilegiado de iniciação para o trabalho, particularmente para as meninas que se socializam nos papéis das suas mães. Em muitos casos, tem sido um meio de reforço à coesão social pela intensificação do contato nos caminhos de ida e volta.

Nos casos em que há escassez de frutos (corte das plantas ou cercamento de áreas), esse entrosamento arrefece e há uma exacerbação da atividade individual: as catadoras saem cedo das suas casas, acompanhadas ou não de familiares, para coletar nas melhores plantas. Recentemente, registram-se casos em que frutos verdes são coletados e repassados para os intermediários com prejuízos para todos, inclusive, os consumidores, que comprarão frutos que não amadurecerão. Essa situação tem gerado

conflito entre as próprias catadoras, tendo sido, recentemente, registrado um caso no povoado Pontal, Município de Indiaroba, SE. Nesse contexto, tem-se estabelecido uma arena de acirramento dos conflitos pelas disputas em torno das plantas com o consequente esgarçamento do tecido social.

O elemento central nos conflitos é a oferta do recurso, que, mais recentemente, tem escasseado ou se dado através de novas regras, como a compra da produção pelas catadoras dos proprietários da terra ou o acesso às frutas através do sistema de meia. Nesses casos, transformações nas sociabilidades até então instituídas anunciam-se com prováveis alterações nas composições dos grupos e nos modos de coleta dos frutos, uma vez que a relação das catadoras com as plantas se limitará ao momento da coleta, caso a compra da produção se generalize.

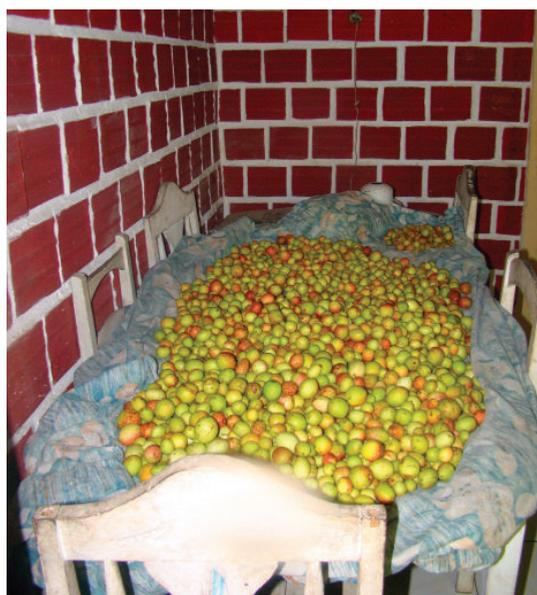
Da mesma forma da coleta dos frutos nas áreas, a atividade de pós-coleta é estritamente familiar e doméstica, muito embora não seja privada. Quando tem uma encomenda grande “chama o povo da família e depois dá um dinheirinho a eles, podendo até dar mais porque é família, né”, afirma uma das catadoras do povoado Pontal. Nessa lógica, pode se dar na frente da casa (Figura 5), no quintal ou na cozinha (Figura 6), normalmente sob o comando da catadora ou, algumas vezes, de outros adultos (maridos, por exemplo). Ali, jovens e crianças executam atividades de lavagem dos frutos e “encapotamento”⁸.

⁸ A depender da região, possui outras denominações, como empacotamento, enforamento, etc. O processo de encapotamento consiste na lavagem do fruto, após a coleta. Em seguida, são colocados para enxugar sobre um pano seco e logo depois em baldes revestidos com papel e cobertos também com papel ou pano. Após três dias, os frutos têm completado o seu amadurecimento e estão prontos para serem comercializados. Apesar de todos esses cuidados, a chamada mangaba “de capota” não alcança valores tão elevados no comércio e nem é tão saborosa como a mangaba “de caída”, embora seja muito importante para a agroindústria, que as prefere em detrimento da “de caída”, por serem resistentes ao transporte (SANTOS; MOTA, 2006).



Heribert Schmitz

Figura 5. Atividade de pós-coleta no povoado Convento, SE.



Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Figura 6. Secagem dos frutos após a lavagem na cozinha de uma catadora do povoado Pontal, SE.

Esse é um tipo de sintetização das atividades de campo anteriormente realizadas, envolvendo todos aqueles que estejam presentes em casa no momento de chegada dos frutos, inclusive os homens. Uma divisão do trabalho muito sutil é posta em prática com os adultos (normalmente as mulheres, mães) organizando as estruturas (cestos, caixas ou baldes) que serão preenchidas pelos frutos lavados, enxutos e envoltos em tecidos velhos, papel ou folhas. Da mesma forma como as mulheres estruturam a casa para acolher os seus, elas replicam esse gesto no cuidado com os frutos, entendendo que ali se encontra, simbolicamente, parte dos alimentos a serem consumidos pelos acolhidos. São símbolos e gestos postos em prática mediante anos de socialização para a representação do papel de catadora.

Em casa é o momento de reunir a família em torno do produto, mas também de fazer um balanço do que foi coletado e, com isso, adaptar ou prever a estratégia de venda dos frutos, caso a coleta não tenha sido feita por encomenda. Algumas vezes, a depender do volume ou da ausência dos demais membros da família, essa é uma atividade que se dá individualmente.

Pelo fato de todas essas atividades não demandarem força física, serem feitas na sombra, podendo ser interrompidas para “olhar uma panela” ou “cuidar de um menino” a qualquer momento, são consideradas “leves” e “de mulher” e, por isso mesmo, postas em questionamento enquanto trabalho a ser realizado pelos homens, noção compartilhada muitas vezes pelas próprias mulheres. Componentes essenciais nessas compreensões são a sazonalidade e a autonomia, que não implicam uma disciplina diária e associada a um horário ou a uma fase da lua, como é o caso da pesca.

Em alguns casos, pequenas quantidades dos frutos são destinadas a um membro específico da família, normalmente criança ou jovem, para que ele adquira um objeto de desejo (tênis, calça jeans, camisetas, etc.). Nesses casos, há uma valorização da sua participação em todas as etapas, com a catadora frisando: “essa é a mangaba de fulano”; “amanhã vamos catar para cicrano”. Com isso, todo o processo, desde a preparação da ida ao campo até o recebimento do dinheiro da venda dos frutos, é vivenciado. É um modo de socialização que, ao tempo em que envolve o jovem na produção, ensina a dividir e valorizar a compensação individual, como parte de uma estratégia

de individualização e preparação para uma vida futura no trabalho, mas calcada em fortes vínculos familiares.

Apesar de toda a construção de um imaginário dos entrevistados, informações recentes indicam que os jovens têm sentimentos antagônicos quanto ao extrativismo em alguns espaços, negando-se a vivenciá-lo, particularmente onde as disputas entre catadoras e proprietários de terra (municípios de Barra dos Coqueiros, Indiaroba e Japarutuba) têm instituído uma desqualificação da atividade e imposto uma situação de constrangimento para as catadoras, com ameaças de tiro, de perseguição com cachorros e de intervenção policial. Como isso tudo repercutirá nas suas inserções ocupacionais, atitudes para o trabalho e na tradição da atividade com a ruptura entre ocupações de pais e filhos é uma questão a ser pesquisada.

Se nas atividades de coleta e pós-coleta o trabalho familiar é a base, até mesmo com um ordenamento de atividades que, gradativamente, inserem os jovens, a comercialização é seletiva e apenas os adultos participam. É uma atividade que implica o manuseio de dinheiro e, na maioria das vezes, no contato com estranhos em espaços externos ao universo do interconhecimento. Quando realizado no próprio local de residência, implica também administrar negociações de quantidades e preços com intermediários.

As situações que concretizam a frase de uma catadora: “meu marido me ajuda” se dão naqueles casos em que as mulheres ultrapassam o previsível na venda das frutas e agem como intermediárias, comprando das demais mulheres e realizando diferentes ações de deslocamento e contatos, ou quando eles estão sem nenhum tipo de ocupação e decidem acompanhá-las. Nesses casos raros, participar da atividade na condição de ajudante não parece significar nenhum demérito pelo fato de também estar associada à proteção da mulher no espaço externo, responsabilidade tradicionalmente atribuída aos maridos.

Como observado em outras situações, atuar no espaço público encoraja os homens. Isso nos faz pensar que inadequado para eles é o ato em si de praticar o extrativismo da mangaba e não a etapa posterior, na qual “ajudam” as suas esposas sem constrangimentos pelo fato de não serem os organizadores do processo.

A ideia de que a atuação das mulheres concentra-se no mundo doméstico da produção de valores de uso para consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e dos cuidados com os mais velhos tem realidade no grupo investigado, paralelamente ao desenvolvimento de atividades públicas. Afinal, as mulheres predominam na venda da mangaba, seja no comércio com os denominados atravessadores, seja diretamente aos feirantes nos mercados, nas ruas ou às margens das estradas. Desse modo, mostram que a denominada conciliação ou dupla jornada continua presente nas suas vidas.

Reflexões finais

Partindo-se das questões tratadas ao longo deste capítulo, concluímos que em Sergipe existem diferentes modos de organização do trabalho familiar em torno do extrativismo da mangaba, constituídos por arranjos influenciados por condicionantes culturais, dentre os quais, as relações de gênero que indicam, a priori, o que seriam atividades de mulheres e de homens. Nesses termos, diversas estratégias de divisão sexual do trabalho são postas em prática, expressando a noção de complementaridade das atividades de homens e mulheres, mas também indicando simbolicamente certo nível de hierarquização delas com maior valorização deles.

O extrativismo da mangaba não é considerado socialmente adequado ao elenco das atividades do denominado provedor da família, que necessita de certa regularidade nos rendimentos. Com essa classificação, interpretamos que está em jogo a noção de que aos homens caberia prover o sustento da família e às mulheres, complementá-lo, mesmo que, muitas vezes, elas apótem igual ou até mais do que eles. O conteúdo desse debate é bem conhecido na literatura (MELO, 2003), na qual códigos de conduta indicam que produção e reprodução estão associados a homens e mulheres, respectivamente, com valores diferenciados (HIRATA, 2003) e com repercussões nas relações de gênero.

De um modo ou de outro, homens e mulheres apótem recursos que se complementam para a reprodução social das suas famílias. Assim, arranjos que privilegiam a complementaridade das atividades e, conseqüentemente,

dos rendimentos são postos em prática num contexto de redefinição do papel das crianças e jovens no extrativismo frente à ruptura nos padrões de socialização até então exercitados, por noções de que todos os modos de trabalho das mesmas seriam socialmente condenáveis. Com isso, o papel da família na formação para o trabalho e transmissão de valores no espaço rural é questionado num contexto paradoxal de novos modelos familiares (com as mulheres aportando mais recursos ou sendo as únicas provedoras, por exemplo) e persistentes funções da família.

Opções não estritamente econômicas orientam as estratégias, como por exemplo, os homens não se dedicarem ao extrativismo da mangaba por esta ser considerada uma atividade de mulheres e que poderia pôr em questionamento até a masculinidade pelo exercício de movimentos impróprios, sazonalidade e poucos rendimentos. Em consequência, os discursos indicam que os recursos adquiridos pela venda da mangaba destinam-se ao complemento do essencial à sobrevivência da família, muito embora levantamentos quantitativos mostrem o contrário. Com isso, discursos reforçam papéis construídos tradicionalmente, muito embora as práticas os desconstruam.

A valorização do fruto no mercado regional tem provocado transformações nas hierarquias e no sistema de posições ocupadas pelos diferentes membros da família. Nesse contexto, há uma ampliação do reconhecimento da importância das mulheres na comercialização, o aumento do interesse dos homens pela coleta e venda do fruto e a rejeição dos jovens à participação no extrativismo.

Enfim, no entorno do extrativismo organizam-se diferentes arranjos intra e interfamiliares que contribuem para a coesão do grupo, desde que o acesso aos recursos não esteja ameaçado. Entretanto, como as ameaças se avizinham, transformações nas sociabilidades até então instituídas poderão ocorrer com alterações nas composições dos grupos e nos modos de coleta dos frutos, visto que a relação das catadoras com as plantas se transformará.

Referências

CANESQUI, A. M. Antropologia e alimentação. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 33, p. 207-216, 1988.

CANTARELLI, J. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Universitária UFPE, 2006. p. 279-299.

FIGUEIREDO, L. D. **Empates nos babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público; lutas de quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

GARDEY, D. Perspectivas históricas. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003. p. 37-63.

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003. p. 15-20.

LAGO, M. R. T. **Babaçu livre e roças orgânicas**: a luta das quebradeiras de coco-babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de relação com os recursos naturais. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

MANESCHY, M. C Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, M. J. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: Universitária UFPA,, 2001. p. 165-195.

MELO, L. A. de. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira - PE. Recife: Universitária UFPE, 2003. 141 p.

MELO, L. A. de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Universitária UFPE, 2006. p. 173-191.

MOTA, D. M.; BESSON, N. **Agricultores em tempo parcial no Gabão**. **Raízes**, Campina Grande, n. 14, p. 33-46, jun. 1997.

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 225-233, jul./dez. 2003.

MOTA, D. M. da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. 256 p. (Serie BNB Tese e Dissertação, n. 1).

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. O extrativismo em tempos de globalização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: Desigualdade, diferença, reconhecimento, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: 29.05.2007.

NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil**: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999. 241 p.

PEREIRA, E. O. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no povoado Lagamar, Pirambu - SE**. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PORRO, N. M. Rupture and resistance: gender, relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil. 2002. 364 f. Tese (Doutorado) - Universidade da Flórida, Gainesville, 2002.

SAHLINS, M. D. **Sociedades tribais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1983. 15 p.

SANTOS, J. V. dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, J. V. dos; MOTA, D. M. da. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2006. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2006. 1 CD-ROM.

SEGALEN, M. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris: Flammarion, 1980. 211 p.

SEGALEN, M. **Sociologia da família**. Lisboa: Terramar. 1996. 337 p.

SILVA, C.; PORTELA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Universitária UFPE, 2006. p.127-144.

SIMONIAN, L. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA, NAEA, 2001. 270 p.